

# A separação é quase inevitável

HELIO MUSSKOPF

**S**e a nova Constituição não trouxer uma reforma tributária justa e um melhor atendimento à Região Sul, não há por que o Rio Grande do Sul ficar pertencendo a um País cujo Governo Federal é parcial, injusto e que desconsidera o povo gaúcho. O melhor caminho seria à independência do resto da Nação.

E, neste momento, é bom lembrar que em 1835 os rio-grandenses pegaram em armas para lutar contra a espoliação. Não estamos pregando derramamento de sangue ou algo do gênero. Contudo, as situações, apesar da diferença dos anos, são as mesmas, pois o Estado tem sido aliado pelo poder central, que só absorve em termos de impostos, sem nada devolver.

É indiscutível o sacrifício de nossa sociedade, uma vez que nos últimos dez anos os gaúchos foram responsáveis por 54 por cento de todas as exportações nacionais, contribuindo para a busca do equilíbrio da balança comercial. No entanto, o ônus foi em vão pois, como existe

isenção tributária sobre as exportação, praticamente nada sobrou para investir no Rio Grande. A consequência é um Estado falido, sem verbas para pagar o funcionalismo, com uma dívida de 180 bilhões de cruzados e que paralisou o seu desenvolvimento.

Uma medida que ajudaria o Estado a superar esta crise, enquanto não chega a reforma tributária, seria a criação de novos municípios, o que provocaria um aumento de arrecadação. Como o Governo Federal destina mais de um milhão de cruzados por mês a cada município brasileiro, tirado do Fundo de Participação dos Municípios, o Rio Grande ampliaria a sua receita se mais distritos se emancipasse.

Aí, o que se vê é que o Rio Grande mais uma vez sai prejudicado, embora possua uma área superior à de São Paulo (287.189 quilômetros quadrados contra 247.898 quilômetros quadrados) tem uma vez e meia menos localidades (Rio Grande do Sul com 244 cidades e São Paulo com 562). Até mesmo Santa Catarina (com 199 localidades em uma área de 95.885 quilômetros qua-

drados) e Minas Gerais (com 722 municípios em uma área de 587.172 quilômetros quadrados) superam o Rio Grande do Sul num cálculo proporcional.

Para tentar reverter este panorama desfavorável, tenho atuado no sentido de que mais distritos gaúchos se emancipem. Atualmente, em torno de sessenta deles lutam pelo desmembramento. Dias atrás, estive em Brasília onde entreguei ao Deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, mais de 38 mil assinaturas para emenda popular à Constituinte que devolve aos Estados o direito de legislar sobre emancipações.

As esperanças de que o Rio Grande do Sul retome seu caminho rumo ao desenvolvimento passam por estas emancipações e desembocam na reforma tributária. É a única forma que temos para que venham recursos do Governo Federal. Se isto não for obtido na nova Constituição nada mais poderemos esperar, a não ser caminhar com nossas próprias pernas.

Helio Musskopf é Deputado pelo PMDB e Presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa.

# Revolução sem separatismo

JARBAS LIMA

**D**esde 20 de setembro de 1835, o Rio Grande do Sul tornou-se a bandeira permanente do inconformismo com o poder estabelecido e centralizado. E, se da perspectiva político-administrativa, a Revolução Farroupilha foi o Centro do Republicanismo e do Federalismo, que vieram a se tornar realidade menos de 50 anos, após os primeiros passos no Rio Grande do Sul, do ângulo econômico ela foi um grande protesto, levado até às armas, contra a centralização efetivamente tributária e fiscal.

Naquela época, o objetivo fundamental dos Farrapos era o de que as rendas da Província fossem aplicadas no próprio lugar da arrecadação, instituindo-se uma verdadeira base econômico-financeira para o desenvolvimento autônomo das diferentes regiões da Pátria brasileira.

O Rio Grande do Sul de hoje, de tantos e tão graves problemas, está disposto a uma nova revolução. Esta revolução não chegaria ao extremo do separatismo mas, partindo de algumas convicções firmes e de objetivos claros e sem chegar à consequência das armas, tudo fará para afirmar a autonomia estadual ante o centralismo do Poder Federal. Tudo fará para romper a

nova marginalização econômica, financeira e as injustiças tributárias da União.

Não se justifica, por exemplo, que a arrecadação do Rio Grande do Sul venha caindo em função de ausência de investimentos e das isenções do ICM, utilizadas como instrumento de política econômica do Governo Federal, sem trazer, em contrapartida, compensação, principalmente a um Estado como o Rio Grande, Estado exportador por excelência, resultando um ICM arrecadado de apenas 54,4 por cento do total possível.

Não se justifica que o Pólo Petroquímico do Sul (Copesul) permaneça estagnado na metade de sua capacidade de produção, quando o da Bahia é duplicado e se investem centenas de milhões de dólares na criação de um novo Pólo no Rio de Janeiro.

Não se justifica que a Usina Siderúrgica dos Aços Finos Piratini permaneça incompleta e muito aquém de sua capacidade nominal e potencial de produção, quando o Rio Grande necessita desesperadamente de uma indústria pesada como base de seu amplo e diversificado parque de produtos de transformação e de maquinário agrícola.

Esta nova revolução terá, portanto, como base a luta dos rio-grandenses por uma reforma tributária ampla, a fim de elevar

os recursos financeiros estaduais e municipais. A atual distribuição das receitas públicas é totalmente desigual, pois os Estados arrecadam apenas cerca de 30 por cento e os municípios 5 por cento das receitas públicas, incompatível com os seus encargos. Lutamos pela descentralização da arrecadação e aplicação dos tributos porque os Estados e Municípios sentem mais de perto as necessidades do povo e estão capacitados a executar, muitas vezes a custos menores do que a União, programas e projetos de desenvolvimento, em especial em áreas como educação, saúde, habitação, saneamento, infra-estrutura e serviços urbanos. Por isso, devem ser delegados, pela União, aos Estados e Municípios os recursos com vistas à execução de projetos de responsabilidade da União.

Neste contexto, somente uma verdadeira revolução, baseada no exemplo dos Farrapos, na altivez dos Maragatos, conseguirá o erguimento econômico e financeiro, para superar a atual crise econômica e social e para afirmação política do Rio Grande do Sul no cenário nacional.

Deputado Jarbas Lima, Líder da bancada do PDS e ex-Secretário da Justiça do Governo de Jair Soares